

As manifestações formais de Gênero Neutro na gramática do Português Brasileiro

The formal manifestations of Neutral Gender in Brazilian Portuguese grammar

Ana Paula Scher¹

Giovana Pacheco Muras²

RESUMO: o presente estudo tem por objetivo analisar, sob o viés da Morfologia Distribuída, estruturas gramaticais que expressem o gênero neutro no português brasileiro. Tendo em mente que tais expressões de gênero são comuns em redes sociais, o ponto de partida foi a coleta de dados escritos nessas plataformas, principalmente no *Twitter* e *Instagram*. Em especial, o estudo tem seu foco na morfossintaxe de concordância, que pode ou não estar presente nos elementos da sentença em que sua ocorrência é esperada. A partir dos resultados, busca-se refletir sobre a categoria *gênero* como um todo na gramática dos falantes.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; morfossintaxe; gênero neutro

ABSTRACT: the present study aims to analyse the grammatical structures that express neutral gender in Brazilian Portuguese under the Distributed Morphology approach to grammar. Bearing in mind that such expressions are common on social media, the starting point was to gather written data from these platforms, mainly *Twitter* and *Instagram*. In particular, the study focuses on morphosyntactic agreement, which may or may not be present in the elements of the sentence where its occurrence is expected. The results of this research will help us shed some more light on the investigation of the category *gender* in the speakers' grammar.

KEYWORDS: gender, morphosyntax; neutral gender

1 Introdução

Gramaticalmente falando, *gênero* se apresenta como uma categoria de natureza bastante complexa. Pode ser considerada, conforme afirma Corbett (1991), a categoria gramatical mais enigmática, a qual atrai tanto linguistas

¹ Professora Livre-docente do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, doutora pela Universidade de Estadual Campinas, Bolsista de Produtividade, nível 2, do CNPq (Processo nº. 307481/2020-4), anascher@usp.br, <https://orcid.org/0000-0002-2105-7888>.

² Aluna de graduação em Letras-Linguística da Universidade de São Paulo, ex-bolsista do PIBIC - CNPq entre 2021 e 2022, giovanamuras@usp.br, <https://orcid.org/0000-0002-5211-2106>.

quanto não linguistas para sua investigação. O mais comum é definir gênero como a divisão de nomes em classes, refletida em outras categorias sintáticas a partir de concordância. Ainda assim, não existe um consenso de análise para suas manifestações nas diversas línguas do mundo.^{3,4}

De certo modo, esse interesse (e polêmica) acerca das questões relacionadas a gênero nas línguas tem ganhado espaço especial nos últimos anos, atrelando-se a questões sociais de inclusão e expressão. Por exemplo, uma das pautas de debate no português brasileiro (doravante PB) é a proposta de um novo valor de gênero na língua: o gênero neutro.⁵ Tal proposta possui duas possíveis intenções: a primeira é eliminar a leitura ampla do masculino, analisada como machista por alguns; a segunda, por sua vez, é permitir que pessoas não binárias (isto é: pessoas que não se identificam socialmente com os gêneros masculino ou feminino) possam expressar sua identidade na língua⁶.

Conforme Carvalho (2019):

Em primeiro lugar, nas últimas décadas, é possível observar movimentações tanto no que se refere à disparidade entre gêneros sociais (mulher e homem), quanto no que se refere ao próprio questionamento do que são os gêneros e sua distribuição binária (SENKEVICS; POLIDORO, 2018). Um debate sobre os reflexos de problemas sociais na língua portuguesa obteve espaço, e, conseqüentemente, a distribuição binária entre gêneros gramaticais da língua portuguesa passou a ser questionada. (CARVALHO, 2019, p. 74)

³ Este trabalho teve o apoio financeiro do CNPq, através do processo n.º. 307481/2020-4, relativo à Bolsa de Produtividade da autora Ana Paula Scher, e, também, do CNPq-PIBIC, através do processo n.º 2021-2377, relativo à bolsa de Iniciação Científica da autora Giovana Pacheco Muras.

⁴ Agradecemos aos dois pareceristas anônimos que avaliaram este artigo pela leitura crítica que fizeram de nosso trabalho e pelas inúmeras contribuições que nos apresentaram. Refletimos muito cuidadosamente sobre cada uma delas e esperamos que a versão final deste texto faça jus ao trabalho realizado por eles, contemplando seus comentários. A versão que aqui se apresenta, portanto, contém avanços significativos em relação ao manuscrito submetido para avaliação e isso se deve ao trabalho sério desses pesquisadores. As falhas remanescentes são de nossa responsabilidade.

⁵ Um dos pareceristas anônimos deste artigo aponta que alguns dos capítulos publicados em Barbosa Filho e Othero (2022) questionam a utilização do termo “neutro” nesse contexto devido ao caráter não inclusivo dessa expressão. Os autores desses capítulos dão preferência aos termos “inclusivo” ou “não binário”. Neste artigo, mantemos nossa opção pelo termo “neutro”, já que o foco desta pesquisa são os aspectos gramaticais da marca de gênero na língua portuguesa.

⁶ Há, ainda, a hipótese de que se trata da “tentativa de rasurar a nuance sexista presente na língua”, uma vez que a marca de gênero pode revelar a tendência ao emprego da marca de feminino em formas que denotam insultos (*puta* vs. *puto*) e profissões e atividades menos valorizadas (*a diarista, a empregada doméstica, a prostituta*), por um lado, e, por outro, a tendência ao emprego do masculino em formas que remetem a profissões e atividades mais valorizadas (*o médico, o dentista, o empresário, o atleta*). Essa é a visão de um dos pareceristas anônimos deste artigo, que remete a Pinheiro e Freitag (2020) em seu apontamento.

Dada a natureza de tais questionamentos, parece seguro assumir que a mudança recai exclusivamente nas expressões de gênero interpretável (associado à semântica de gênero natural/social), o que engloba cerca de 5,6% dos nomes da língua (SCHWINDT, 2020).

Isso cria um cenário curioso do ponto de vista linguístico: não apenas o sistema de gênero no PB é tradicionalmente binário, como também estabelece uma concordância transparente em diversas categorias gramaticais, abrangendo artigos definidos e indefinidos, quantificadores, adjetivos, alguns pronomes indefinidos, pronomes possessivos, interrogativos e demonstrativos, além dos numerais ordinais e dos dois primeiros numerais cardinais (CARVALHO, 2018). Nesse sentido, como observa um dos pareceristas anônimos deste texto, mesmo o pronome TUDO que, de modo geral, é associado a uma forma de gênero neutro, costuma estabelecer concordância com formas masculinas, como se vê em *Tudo foi destruído/?destruída*. Nesse mesmo sentido, é curioso observar e questionar: como o valor neutro inovador tem se manifestado? Em que medida os recursos utilizados pelos falantes adeptos da mudança que parece estar se estabelecendo no PB desafiam ou se desviam dos padrões tradicionais dessa língua? E, afinal, quais seriam estes *padrões tradicionais*?

É comum assumir que as terminações *-o* e *-a* atuariam como desinências para o masculino e o feminino, respectivamente (salvo uma lista de exceções, tais como *libido* e *profeta*, entre outros⁷). Destaca-se, aqui, a análise proposta por Kehdi (1990), cuja principal evidência vem da formação de palavras masculinas a partir do acréscimo da desinência *-o* a palavras femininas (como *mulher/mulheraço*). O autor lembra, ainda, de formas criadas em linguagem espontânea, como *coiso*, que seria o masculino de *coisa*, ou palavras como *crianço*, *corujo* e *madrasto*. Assim, conclui que a oposição de gênero em PB se dá pela oposição *-o/-a*, tendo como variantes de masculino o \emptyset (como em *autor/autora*) e o *u* semivocálico (*européu/européia*).

Em uma visão semelhante, Armelin (2015), sob a perspectiva gerativista da Morfologia Distribuída, defende que *-a* é a manifestação mais geral para

⁷ Termos como *amor*, *café*, ou *pente*, entre outros, complementam essa lista de exceções, na medida em que não exibem uma desinência para a marcação de gênero.

feminino, enquanto -o seria a mais geral para o masculino, funcionando como *default*. As realizações que fogem à regra seriam explicadas por uma inserção fonológica mais especificada, com informação contextual que inclui as raízes relevantes. Assim, diante dessas raízes, a realização *default* é bloqueada em prol da inserção fonológica mais especificada.

Por outro lado, Câmara Jr., em 1970, já analisava a flexão de gênero (bem como a de número) como manifestações de uma oposição entre um elemento marcado (no caso de gênero, o feminino; no caso de número, o plural) e um não marcado, representado por um morfema zero (masculino ou singular, respectivamente). Desse modo, o autor define gênero como:

[...] uma distribuição em classes mórficas para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino – feminino serve frequentemente para, em oposição entre si, distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como *jarro - jarra, barco - barca* etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em *urso – ursa, menino – menina*. (CÂMARA JR., 2019, p. 133)

Por fim, algumas perspectivas como as de Kramer (2015) e de Resende e Santana (2019) propõem uma separação entre gênero e classe nominal, embora reconhecendo a interação entre as vogais finais e as marcas de gênero.

Com essas questões iniciais, o presente trabalho visa a analisar as manifestações inovadoras de gênero neutro, as quais já se encontram em uso e adaptação entre alguns falantes. Para tanto, foi elaborado, em um primeiro momento, um pequeno *corpus* para a análise, o qual contém 60 sentenças que foram retiradas de postagens públicas nas plataformas *Twitter* e *Instagram*.⁸

É importante reconhecer que estes são dados de língua escrita e, portanto, distintos de dados de fala natural: enquanto na fala, a elaboração e produção de discurso são realizadas de forma quase simultânea, na escrita, existe maior planejamento, com a possibilidade de revisão e reformulação.

⁸ A fim de preservar a privacidade dos autores, optou-se por omitir os nomes de usuário, respeitando seus direitos de editar e remover as postagens, bem como de tornarem suas contas privadas a qualquer momento.

Entretanto, conforme Barros (2000), tais distinções não são sempre rígidas, havendo pontos intermediários entre produção escrita e falada. Acerca de textos na internet, afirma:

Os bate-papos na Internet, por sua vez, lidam de três formas com a questão do tempo, aproximando-se ora da fala, ora da escrita: o primeiro tipo (tipo IRC) é aquele em que a contribuição de cada usuário é digitada e pode ser alterada e reformulada antes de ser enviada ao destinatário [...] o segundo tipo de bate-papo (tipo ICQ) aproxima-se um pouco mais da fala, pois o destinatário do texto vai recebendo o texto à medida que ele é digitado pelo destinador e, dessa forma, o texto traz marcas de sua formulação e reformulação [...]; o terceiro tipo é aquele em que as pessoas se comunicam oralmente pelo computador e que se diferencia da conversação por telefone, por uma questão temporal – não é possível a sobreposição de vozes – e da conversa por rádio amador, pela possibilidade de alternar ou de juntar comunicação gráfica e oral.

[...] O tempo de formulação e de reformulação na Internet, mesmo no primeiro tipo de bate-papo, mais próximo da escrita, é curto: há menos tempo para a formulação e para a reformulação ou para dar maior dimensão e complexidade ao texto. (BARROS, 2000, p. 62)⁹

Porém, conforme bem aponta um dos pareceristas anônimos deste artigo, o fato de estarmos diante de dados escritos “não deve ser levado como mera trivialidade diamésica. Muitos estudos psico- e neurolinguísticos já mostraram que escrita e fala envolvem diferentes regiões do cérebro”. Deste modo, ainda que a presente pesquisa possa fazer algumas previsões e observações iniciais, isso não substitui a necessidade, em pesquisas futuras, de se investigarem tais produções na língua falada espontânea.

O texto se organiza da seguinte maneira. Na próxima seção, pretende-se descrever seus padrões morfológicos, bem como morfossintáticos, dando enfoque em como tal valor estabelece a concordância nos sintagmas e sentenças; mostram-se, também, outros casos curiosos de concordância em variações do PB. Na seção três, são apresentados o modelo da Morfologia Distribuída e as três propostas estudadas para análise de gênero, dentro desse quadro teórico: Armelin (2015), Kramer (2015) e Resende e Santana (2019). Por fim, na quarta seção, mostramos as possibilidades e dificuldades que cada uma dessas propostas

⁹ IRC é a sigla para *Internet Relay Chat*. Trata-se de um protocolo de comunicação utilizado na internet para bate-papo e troca de arquivos. Por sua vez, ICQ corresponde a um trocadilho para *I seek you* e remete a um dos primeiros softwares de mensagens instantâneas do mundo, criado pela empresa israelense Mirabilis.

enfrenta para lidar com os padrões descritos na seção 2, criando uma proposta de análise que dê conta de explicar os dados apresentados.

Nosso objetivo, portanto, é não apenas trazer questões sobre o fenômeno da linguagem neutra no PB, mas também contribuir para os estudos sobre o funcionamento da categoria de gênero como um todo. As limitações que este trabalho apresenta, no entanto, foram percebidas por um de seus pareceristas, anônimos que nos apontou a necessidade de deixar claro no texto que, embora busquemos descrever o comportamento linguístico atual dos falantes do PB no que se refere à marcação inovadora de gênero, que revela uma certa isomorfia entre gênero gramatical, biológico e social, é preciso destacar o fato de que o sistema gramatical pode não acomodar essa isomorfia, o que, de certo modo, nos indica o caminho para justificar as características dos dados em discussão aqui.

2 A marcação de gênero neutro em PB: considerações sobre os dados

2.1 Morfologia

De todas as evidências de marcação neutra para gênero utilizadas no PB, as principais são: *-x (amigx)*, *-@ (amig@)* e *-e (amigue)*. Atualmente, porém, as duas primeiras vêm sendo evitadas, embora ainda possam ser encontradas. Em contrapartida, a marca *-e* ganha espaço. Como aponta Schwindt:

O emprego, para fins de neutralização, de *x* e *@*, contudo, se diferencia importantemente do emprego de *-e*, pelo fato de os primeiros só se aplicarem à escrita (embora *@* lembre visualmente *a*), uma vez que esses caracteres não encontram correspondência conhecida no sistema fonológico do português. [...] O problema, porém, é mais complexo. Não se pode ignorar que o sistema alfabético, embora seja em muitos aspectos independente da língua oral, tem sua base tanto filogenética quanto ontogenética na oralidade. Dada a natureza dinâmica da fala em contraste com a estaticidade da escrita, o resultado é um sistema com correspondências imperfeitas. [...] Determinar que letras não correspondem a sons numa língua, portanto, é, em minha compreensão, contraintuitivo do ponto de vista científico. (SCHWINDT, 2020, p. 16)

Assim, a terminação fonológica *-e*, já existente no sistema da língua e não fortemente associada a nenhuma classificação de gênero (gramatical ou social) em específico, é escolhida para marcar o valor neutro. Ainda segundo Schwindt:

Parte do entendimento de que *-e* é um bom marcador de neutro em PB provém possivelmente também do comportamento dos nomes no subgrupo dos sexuados. Na amostra de uso, os nomes sexuados em *-e* apresentam comportamento mais ou menos equilibrado, com alguma vantagem para o masculino, 57,6% (o que pode não ser exatamente um favorecedor da disseminação de *-e* como marca de neutro). (SCHWINDT, 2020, p. 12)

Com isso, é possível prever a forma de diversos nominiais: para o contraste *menino/menina*, teremos a forma neutra *menine*; *todo/toda* terá a forma neutra *tode*; *bonito/bonita* terá *bonite*, e assim em diante.

Para Carvalho (2019), do mesmo modo que as terminações *-o* e *-a* não possuíam qualquer relação com gênero – mas passaram a ter –, a terminação *-e* poderia estar passando por um processo semelhante.

Algumas formas pronominais neutras, por sua vez, apresentam um caso interessante. Em formas onde a inserção de um *-e* neutro parece impossível, marcações como *-u* e \emptyset , geralmente associadas ao masculino, surgem como possibilidades neutras. Assim, dentro da oposição *ele/ela*, encontram-se as formas *elu* e, ainda que em número consideravelmente menor, *el*.¹⁰ O mesmo padrão pode ser encontrado, também, em *aquele/aquela*, as quais formam *aqueleu* ou *aquel*. Isso pode sugerir a formação de um padrão que poderia lidar com casos como *professores* ou *mestre*, onde a inserção de *-e* para o neutro coincidiria com a forma masculina (o que parece indesejável para as propostas). Entretanto, ainda são necessários mais dados para investigar essa possibilidade mais a fundo.

Também foram encontradas algumas variações com relação às raízes. Em especial, citamos os pronomes *meu* e *minha*, cuja forma neutra apresenta as

¹⁰ Existe, ainda, um pronome *Ile*, sugerido, em 2014, por Pri Bertucci e Andrea Zanella que, provavelmente, se basearam no pronome de terceira pessoa do latim, *ille* (nossos agradecimentos a um dos pareceristas anônimos deste artigo, que nos aponta a necessidade de remeter a essa correlação). Apesar de ser difundido em *posts* informativos e blogues, essa forma não foi encontrada em nossas fontes de dados em número suficiente para evidenciar seu uso de forma mais espontânea. Assim, não a abordaremos neste trabalho.

propostas *mi* e *minhe*, sendo este último (o qual segue o padrão da raiz feminina) aquele que parece ser mais utilizado. O mesmo foi observado com o diminutivo neutro para *irmão/irmã*, para os quais foram encontradas as formas *irmãozinhe* e *irmãzinhe*, sendo a forma com a raiz tipicamente feminina aquela que parece ser mais utilizada. Semelhante a esses casos, também vale citar a ocorrência da forma *princese*, também mais próxima do feminino *princesa* que do masculino *príncipe*.

Por fim, também foi constatada variação no uso da palavra *pessoa*, por vezes escrita como *pessoe*¹¹, indicando uma forma neutra para uma palavra que, tradicionalmente, teria marcação fixa de gênero feminino.

2.2 Morfossintaxe

Quanto ao comportamento morfossintático do gênero neutro, chama a atenção a variação concernente à marcação de concordância, um dos focos da presente pesquisa¹². Os diferentes padrões encontrados na explicitação das marcas de concordância foram divididos em dois grupos principais. No primeiro grupo, encontram-se as sentenças em que as marcas de concordância realizadas podem remeter a traços de gênero distintos. Este grupo se subdivide em outros dois grupos: o que reúne sentenças aceitáveis em determinados contextos (i) e o que reúne sentenças em que a aparente falta de concordância desafia os padrões

¹¹ Na obra de Jacques Derrida, como nos chama a atenção um dos pareceristas anônimos deste artigo, sugere-se que o movimento de inclusão da chamada *linguagem neutra* pode ser parte de um movimento político anti-falocêntrico, que nasce com o propósito de desmasculinizar a língua. Nesse sentido, nas palavras daquele parecerista, o uso de uma forma neutra para o termo *pessoa* representaria “um caso extremo de superaplicação de uma possível regra, pois o feminino, apesar de uma forma prevista na língua, é suprimido nas regras normativas da língua”. Embora relacionada ao tópico discutido neste artigo, nomeadamente, os aspectos formais das marcas de gênero neutro em PB, a discussão sobre as origens e motivações para a inclusão dessas formas neutras nessa e nas demais línguas naturais foge ao seu escopo mais particular. De qualquer modo, o leitor interessado nesse aspecto da discussão em particular, pode consultar Derrida (1973, 1992).

¹² Dentro do modelo da Morfologia Distribuída, que fundamenta esta pesquisa, o fenômeno da concordância se realiza na Estrutura Morfológica, por meio de um conjunto de operações pós-sintáticas que incluem, por exemplo, a inserção ou cópia, no verbo da sentença, dos traços relevantes de pessoa e número, presentes no sujeito. O mesmo se dá dentro do sintagma nominal, em que os traços de pessoa e número do nome serão inseridos ou copiados no determinante ou nos adjetivos que compõem esse sintagma. Só depois dessas operações de inserção ou cópia é que as marcas de concordância poderão, efetivamente, se realizar fonologicamente.

de concordância mais comuns na língua (ii). O segundo grupo reúne as sentenças em que as marcas de concordância realizadas remetem sempre ao mesmo traço de gênero (iii):

i) *Sentenças com marcas de concordância que remetem a traços distintos de gênero: aceitáveis em contextos específicos:*

- (1) Percebi que conheço muitas pessoas_(f) de touro, mas todes_(n) de abril
(Cf: percebi que conheço muitas pessoas de touro, mas todos de abril)
- (2) Pronto, agora meu_(m) terapeuta_(m/f/n) não pode mais me atender e vou ter que buscar outre_(n)
(Aceitável no contexto de leitura ampla)
- (3) Essa_(f) pessoa_(f) virou sue_(n) melhor amigue_(n)
(Cf: essa pessoa virou seu melhor amigo)

ii) *Sentenças com marcas de concordância que remetem a traços distintos de gênero: distintas dos padrões da língua*

- (4) se posiciona no lugar do_(m) outre_(n)
*se posiciona no lugar da_(f) outro_(m)
*se posiciona no lugar do_(m) outra_(f)
- (5) Todo o dia eu obrigando algum_(m) amigue_(n) meu_(m) a escutar eu falando de astrologia
*Todo o dia eu obrigando alguma_(f) amigo_(m) minha_(f) (...)
*Todo o dia eu obrigando algum_(m) amiga_(f) meu_(m)
- (6) A_(f) mais linde_(n)
*O_(m) mais linda_(f)
*A_(f) mais lindo_(m)

iii) ***Sentenças com marcas de concordância que remetem aos mesmo traços de gênero:***

- (7) Ê_(n)¹³ mais linde_(n)
- (8) Acabei sem querer desenhando ume_(n) amigue_(n) nb¹⁴
- (9) e se essu_(n) personagem_(f/m/n) for ume_(n) cientista_(f/m/n)? E por isso elu_(n) vai ajudar

Em uma análise mais minuciosa, pôde-se afirmar que, das sentenças com marcas de concordância remetendo a traços de gênero distintos, i) sete sentenças envolvem retomada anafórica, como as de (10) a (13); ii) três atribuem adjetivos neutros aos termos de gênero fixo *a pessoa* e *o pessoal*, como em (14) e (15); e iii) 13 sentenças, como as de (16) a (19), envolvem a concordância dentro do sintagma nominal, entre determinante e/ou adjetivos, por um lado, e substantivo, por outro:

- (10) eu amo quando eu interajo com uma [pessoa]_(f)i [...] ai eu atualizo a tml e aparece algum post de interação [delu]_(n)i
- (11) um [personagem estereotipado]_(m)i que o único traço de personalidade [delu]_(n)i é ser LGBTQ+
- (12) Percebi q conheço [muitas pessoas de Touro]_(f)i mas [todes]_(n)i de Abril
- (13) [meu terapeuta]_(m)i não pode mais me atender e vou ter que buscar [outre]_(n)i.

- (14) [A pessoa]_(f) mais chate_(n) do mundo
- (15) Pr[o pessoal]_(m) que se sente relaxade_(n)

- (16) acho bom vc cuidar direito de [minha_(f) menine_(n)]_(n)i, diga que ama elu_(n)i todos os dias

¹³ Ê é a forma neutra para o artigo definido.

¹⁴ nb é a sigla usada por internautas para *não binário*.

- (17) [minha_(f) namorade_(n)]_(n), incrível_(f/m/n), cheirosa_(f), maravilhoso_(m),
perfeite_(n), tudo o que tem de bom¹⁵
- (18) Como pode um casal tão bonito ter gerado [um_(m) filhe_(n)]_(n) tão feie_(n)
- (19) É preciso criar estratégias e ter atitudes que fazem [o_(m) leitore_(n)] se
aproximar

Dentro dos limites desta pesquisa, optou-se por trabalhar apenas na análise do último recorte apresentado, das sentenças (16) a (19), que envolvem a concordância dentro do sintagma nominal, tentando explicar as marcas de concordância dos elementos do sintagma que remetem a diferentes traços de gênero.¹⁶

Vale lembrar, conforme Carvalho (2018) que:

Apesar de gênero ser visto como um traço intrínseco do nome e de concordância obrigatória em português, algumas restrições no licenciamento morfossintático de gênero não são homogêneas entre diferentes variedades da língua (CARVALHO, 2018, p. 640)

Como exemplos, o autor traz dados da comunidade de Helvécia, extraídos de Lucchesi (2000, *apud* CARVALHO, 2018) e reproduzidos em (20) e (21)

(20) [...] cada um tem um_(m) natureza_(f).

(21) [...] opero no_(m) perna_(f) e tudo [...]

¹⁵ Como já indicado anteriormente, as propostas de *neutralização* de gênero no PB surgem diante de questões sociais que visam a inclusão de grupos minoritários. Em especial, a linguagem neutra, quando inserida em um contexto de visibilidade não binária, busca abrir um espaço para a expressão de gênero desse grupo. Contudo, nem todas as pessoas com essa identidade de gênero atendem pela flexão neutra ou exclusivamente por ela. Por vezes, a expressão de suas identidades, na língua, se dá pelo uso de diferentes marcações de gênero, como parece ser o caso em (17) e, talvez, em (16). Nesse contexto, a presença de marcas de concordância remetendo a diferentes traços de gênero pode ser tomada como um recurso expressivo que codifica a interpretação de uma pessoa que atende por mais de uma flexão de gênero.

¹⁶ O recorte se justifica em função do estágio atual da pesquisa, que ainda não analisou formas como as descritas de (10) a (15), que envolvem retomadas anafóricas. Agradecemos o comentário de um dos pareceristas anônimos deste trabalho que, ao questionar esse recorte, aponta que “uma análise que entenda concordância como um fenômeno exclusivamente sintático pode dar conta do conjunto de sentenças apresentado”. Esclarecemos que nossa análise não entende a concordância como um fenômeno puramente sintático, como indicado na nota 10, acima. Por esse motivo, para cada grupo identificado, tem-se buscado relacionar todas as propriedades sintáticas relevantes para o efeito morfológico na realização da concordância de gênero, o que ainda não foi feito para os grupos que não entraram no recorte aqui estabelecido.

Além desses casos, também podemos citar a variação de concordância no português de contato do Alto do Xingu, como em (22) e (23)¹⁷ e a variação no dialeto de Cuiabá, como em (24) e (25)¹⁸

(22) E o_(m) escola_(f) vai ser bom aqui.

(23) Só que agora tem [muitas_(f) pessoa_(f)]_(f) desconhecido_(m), né.

(24) Casa_(f) bem bonito_(m)

(25) A_(f) paçoca_(f) tá fino_(m)

De certa forma, esses dados se assemelham aos que apresentamos de (16) a (19) por exibirem marcas de concordância que remetem a traços distintos de gênero.

No entanto, como apontou um dos pareceristas anônimos deste artigo, os exemplos de (20) a (25) não podem ser tomados como representativos ou generalizantes por serem provenientes de regiões de contato. Trata-se de dados agramaticais para os falantes de fora dessas regiões, podendo sugerir que compõem uma gramática diferente, e não uma gramática em variação.

Quanto aos dados de (16) a (19), nossa reflexão sobre eles nos sugeriu a possibilidade de estarmos diante de uma possível variedade emergente do PB, já que apresentam falta de homogeneidade no licenciamento morfossintático de gênero, um traço intrínseco do nome e de concordância obrigatória em português, como mencionado na citação de Carvalho (2018) que trouxemos acima.

O que temos, portanto, é a necessidade de continuar investigando esses casos de aparente falha de concordância, na busca de propostas de análise que possam explicá-los adequadamente.

¹⁷ Dados retirados de Lucchesi e Macedo (1997)

¹⁸ Dados retirados de Lima (2008)

3 Antecedentes teóricos

3.1 A Morfologia Distribuída: visão geral

Como foi apontado anteriormente, o presente trabalho abordará três análises para gênero: Armelin (2015), Kramer (2015) e Resende e Santana (2019). Embora com análises distintas, os três trabalhos se enquadram em um mesmo quadro teórico: a Morfologia Distribuída (doravante MD).

A MD é um modelo teórico gerativista de caráter realizacional proposto por Morris Halle e Alec Marantz no início dos anos 90. Diferentemente de modelos lexicalistas, na MD, a sintaxe gera estruturas a partir da combinação de traços morfossintáticos abstratos e raízes. Com isso, características antes próprias do léxico precisaram ser distribuídas em componentes da arquitetura da gramática, os quais recebem o nome de *listas*.

A primeira lista diz respeito a traços morfossintáticos e raízes. Os traços morfossintáticos são abstratos, carecendo de conteúdo fonológico e são acessados pela sintaxe para que esta realize suas operações. Quanto às raízes, a literatura se divide entre os que assumem um conteúdo fonológico para elas desde a lista 1 (EMBICK; NOYER, 2001, entre outros) e os que admitem que elas também são abstratas (HARLEY, 2014, entre outros). Com a finalização das operações sintáticas, parte da estrutura formada acessa a lista 2, onde são encontradas instruções para a associação de expressões fonológicas aos traços morfossintáticos com que a sintaxe operou. Essas instruções são denominadas Itens de Vocabulário (IVs) e têm o formato de regras fonológicas. A esse processo, dá-se o nome de Inserção Tardia. Finalmente, a outra parte da estrutura das expressões linguísticas formadas acessa a terceira e última lista da arquitetura da gramática, denominada Enciclopédia, a qual lhes atribuirá significado com base no conhecimento de mundo do falante.

Um outro conceito importante do modelo, adotado pelos autores aqui estudados, é a acategorialidade das raízes: além de carecerem de conteúdo fonológico, raízes também são neutras com relação a sua categorização. Uma raiz acategorial se une a um núcleo categorizador (como *v*, *a* ou *n*, verbos, adjetivos ou nomes, respectivamente), que determina sua categoria.

Justifica-se o uso desse modelo teórico por dois motivos principais: em primeiro lugar, pela admissão e uso do conceito de traços morfossintáticos, uma vez que o traço de gênero constitui um dos focos de investigação desta pesquisa¹⁹; em segundo lugar, pelo pressuposto do modelo de que tais traços são primitivos abstratos da gramática, ou seja, não têm forma fonológica.

Se a sintaxe manipula raízes e traços morfossintáticos abstratos, ela gera morfemas abstratos que, mais facilmente, podem ser preenchidos tanto por formas fonológicas já existentes na língua, quanto por outras consideradas mais inovadoras. Esse tipo de abordagem poderá, dessa forma, oferecer um tratamento adequado para a ocorrência de formas distintas das esperadas, para as relações de concordância, como também para as formas sincréticas observadas no conjunto de dados coletados.

3.2 A proposta de Armelin (2015)

Em sua tese, Armelin (2015) propõe que *gênero* seja tratado como um nó funcional sintático que é parte da projeção funcional do nome, formando um núcleo denominado GEN. Tal núcleo possuiria três especificações formais no PB tradicional, as quais desencadeiam concordância. São elas:

- (26) Especificações formais de gênero no PB tradicional (ARMELIN, 2015)
- a. [masculino]
 - b. [feminino]
 - c. {[masculino]; [feminino]}

As duas primeiras, isoladas, não codificam contraste e contribuem não composicionalmente para o significado. Ou seja, seu uso resultaria em palavras com o que se costuma chamar de *gênero não interpretável*. O traço [masculino]

¹⁹ A análise apresentada em Carvalho (2018) contempla gênero como traço sintático, lançando mão de um modelo de geometria de traços em que “a relação subconjunto/superconjunto seria responsável pela valoração dos traços” (CARVALHO, 2018, p. 650-651).

mapeia o determinante no expoente fonológico /o/, enquanto o traço [feminino] o mapeia no expoente fonológico /a/. Nos casos não *default*, os Itens de Vocabulário carregariam a informação sobre a quais raízes devem se anexar. A especificação dupla, por sua vez, codifica contraste e contribui composicionalmente para o significado. Nesses casos, o gênero do determinante pode variar e o resultado dessa variação é a interpretação de gênero biológico/social: apenas um dos traços será pareado com um IV, enquanto o outro fica disponível como informação de fundo. Ou seja: embora apenas um traço seja selecionado e pareado com um IV, o outro traço permanece disponível na especificação, o que permite a leitura contrastiva.

O determinante, na tese de Armelin (2015), está diretamente ligado à concordância de gênero: determinantes não valorados para traços de gênero têm função de sonda, concordando com traços de gênero valorados no nome. Por sua vez, em casos de determinantes já valorados, como em *A mesa e o mesa viveram felizes para sempre* (ARMELIN, 2015, p. 73, grifo nosso), a operação de *Agree* não é desencadeada.

A autora também reavalia trabalhos anteriores (ALCÂNTARA, 2003, 2010, HARRIS 1999, entre outros), que supõem que os nominais em PB e demais línguas românicas são separados em classes segundo a fonologia da vogal final que se junta à raiz: Armelin (2015) propõe que marcas de gênero e de classe ocupam a mesma posição na estrutura sintática, sendo as chamadas *vogais temáticas* apenas diferentes possibilidades de realização fonológica de um núcleo de gênero.

Nesse sentido, como já mencionado, *-a* é a manifestação mais geral para feminino, enquanto *-o* é a mais geral para o masculino. A autora ressalta, ainda, que a vogal final *-e* não é uma opção de realização para o núcleo de gênero, mas um elemento epentético, inserido tardiamente na derivação, ou como parte da própria raiz. Acresce-se que palavras com *-e* epentético podem fazer contraste de gênero biológico, como em *mestre-mestra*, enquanto aquelas cuja vogal é parte da raiz não o fazem, como *pele* ou *xale*.

O principal argumento da autora para tal colocação consiste na formação dos diminutivos em *-inh* com estas palavras: observa-se que a vogal *-e* presente na forma não diminutiva é impedida de aparecer na forma diminutiva, em que é

abandonada em favor das marcas gerais de gênero *-o* ou *-a*. Assim, *pele* forma o diminutivo *pelinha*, mas não **pelinhe*; *pente* forma *pentinho*, mas não **pentinhe*, e assim em diante. A explicação para este comportamento é oferecida de forma bem simples:

nos casos em que *-e* é um elemento epentético, ele não pode aparecer depois do diminutivo, porque epêntese é um processo tardio e, na presença do diminutivo, ela se torna desnecessária, uma vez que o problema de silabificação que a epêntese vem solucionar simplesmente não ocorre. Por outro lado, nos casos em que *-e* não é resultado de epêntese, então, ele não ocorre linearmente após o diminutivo porque é considerado como parte da raiz (ARMELIN, 2015, p. 65)

A mesma lógica se aplica em nomes terminados em \emptyset . Por exemplo, *colher* tem o núcleo GEN fonologicamente vazio, enquanto *colherinha* apresenta a realização esperada da forma de feminino.

3.3 A proposta de Kramer (2015)

Kramer (2015) propõe que o traço de gênero está localizado no nó categorial *n*. A autora assume diferentes possibilidades de *conjuntos de n* para as línguas naturais, a depender de como gênero se manifesta em cada uma delas. Assim, trabalhando com traços [+FEM] e [-FEM], ela sugere, para a expressão do gênero nas diversas línguas do mundo, os seguintes sabores diferentes de *n* possíveis:

(27) Tipos de *n* (KRAMER, 2015, p. 190, adaptado):

- a. n_i [+FEM] (traço interpretável de gênero feminino);
- b. n_i [-FEM] (traço interpretável de gênero masculino);
- c. n (*plain n*)
- d. n_u [+FEM] (gênero não interpretável feminino – gênero feminino arbitrário).
- e. n_u [-FEM] (gênero não interpretável masculino – gênero masculino arbitrário).

Nas palavras da autora:

Um *n* com um traço interpretável [+FEM] é interpretado como gênero feminino natural (27a), um *n* com um traço interpretável [-FEM] é interpretado como gênero masculino natural (27b), e um *n* sem nenhum traço de gênero é interpretado como não tendo gênero natural (ou o falante está escolhendo não informar o gênero natural do referente) (27c). Vou remeter a esse último tipo como ‘plain’ *n* (KRAMER, 2015, p. 38, tradução nossa)

Por sua vez, um traço de gênero [+FEM] não interpretável, como em (27d), leva a interpretações de gênero feminino não natural de inanimados, bem como leituras amplas específicas (e menos produtivas na língua) que sejam feitas a partir do feminino. Línguas em que o masculino não funcione como *default* em *plain n* também podem adotar um traço não interpretável masculino, representado em (27e). Nesse caso, o $n_{u[-FEM]}$ pode surgir em lugar de (27d) ou coexistir a ele.

Finalmente, Kramer assume determinadas condições de licenciamento para cada *n*, que determinam quais raízes poderão combinar com cada um deles. O espanhol é uma das línguas para as quais Kramer aplica a sua proposta sugerindo que essa língua exibe os tipos de *n* listados abaixo em (28):

(28) Tipos de *n* para o espanhol

- a. $n_{i[+FEM]}$ (traço interpretável de gênero feminino, como em *nuera* ou *hija*);
- b. $n_{i[-FEM]}$ (traço interpretável de gênero masculino, como em *yerno* ou *hijo*);
- c. *n* (*plain n* –gênero natural desconhecido ou irrelevante; realização *default*, bem como masculino não interpretável, como em *libro*)
- d. $n_{u[+FEM]}$ (gênero não interpretável feminino – gênero feminino arbitrário, como *pluma*).

Os determinantes definidos²⁰ concordam em gênero com *n* e a língua disponibiliza os seguintes itens de vocabulário para os nós terminais determinantes:

- (29) Itens de Vocabulário para os determinantes definidos do espanhol
(KRAMER, 2015, p. 96)
- a. [D], [DEF], [+FEM] ↔ la
 - b. [D], [DEF] ↔ el

Sob essa perspectiva, pares de nomes com gênero interpretável, que venham da mesma raiz (*hijo/hija* (filho/filha) ou *estudiante* (estudante)) são gerados a partir da concatenação da raiz a um nominalizador: interpretável [+FEM] (para o feminino), interpretável [-FEM] (para o masculino) ou *plain n* (para leitura geral), salvo algumas exceções de feminino *default*, que não serão discutidas no escopo deste trabalho.

Pares com raízes diferentes, mas com contraste semântico de gênero (como *yerno* (genro) ou *nuera* (nora)) são separados: o primeiro só pode ser licenciado com o nominalizador interpretável [-FEM], e o segundo apenas com o nominalizador interpretável [+FEM].

Por fim, palavras de gênero não interpretável, fixo no masculino, são geradas por *plain n*, enquanto palavras de gênero não interpretável, fixo no feminino, são geradas por *n_u[+FEM]*.

Sintetizando tais condições de licenciamento, conforme a autora, chegamos ao Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Condições de licenciamento para o espanhol

	<i>n_i[+FEM]</i>	<i>n_i[-FEM]</i>	<i>n</i>	<i>n_u[+FEM]</i>
Raízes diferentes: masculino <i>yerno</i> ‘genro’	x	✓	x	x
Raízes diferentes: feminino <i>nuera</i> ‘nora’	✓	x	x	x

²⁰ Em sua análise, Kramer não trabalha com outros tipos de D.

Mesma raiz: masculino <i>default</i> <i>estudiante, hijo, hombre</i>	✓	✓	✓	×
Mesma raiz: feminino <i>default</i> <i>gallina, oveja</i>	✓	✓	×	✓
Gênero fixo: feminino <i>pluma, persona</i>	×	×	×	✓
Gênero fixo: masculino <i>libro, ángel</i>	×	×	✓	×

Fonte: Kramer, 2015, p. 97 (tradução nossa)

A autora reconhece a existência de uma categoria de classe, assumindo que as vogais finais são vogais temáticas, parcialmente influenciadas por gênero, mas não atribui marcação de classe às raízes, mas a um nó dissociado de Tema. Esse nó possui algumas regras de inserção baseadas nas generalizações e exceções da língua, sendo essencial para as instruções de inserção da vogal final na raiz. No espanhol, teremos algo como:

(30) Regras de inserção do nó Tema, para o espanhol (KRAMER, 2015, p.239)

- a. i. Inserir [TEMA, III] no contexto de $\sqrt{\text{MADR}}$, $\sqrt{\text{PADR}}$, $\sqrt{\text{LÁPIZ}}$, $\sqrt{\text{LUZ}}$...
- ii. Inserir [TEMA, II] no contexto de $\sqrt{\text{DÍ}}$...
- iii. Inserir [TEMA, I] no contexto de $\sqrt{\text{MAN}}$...
- b. Inserir [TEMA, II] no contexto de $n[+fem]$
- c. Inserir [TEMA] demais ambientes

Juntamente a essas regras, a autora sugere os Itens de Vocabulário abaixo, segundo o tipo de tema:

(31) Itens de Vocabulário para o nó de Tema, no espanhol (KRAMER, 2015, p. 239)

[TEMA, III] \leftrightarrow -e/ \emptyset

[TEMA, II] \leftrightarrow -a

[TEMA] ↔ -o

3.3 A proposta de Resende e Santana (2019)

De modo paralelo a Kramer (2019), Resende e Santana (2019) propõem que gênero está localizado no nominalizador. A diferença crucial entre as abordagens está nos *tipos de n* estabelecidos em cada uma das propostas.

A proposta dos autores trabalha com o conceito de classe e de gênero como itens separados: a classe de um nome seria uma informação intrínseca a determinadas raízes, enquanto o gênero seria uma informação do nominalizador que se concatena a raiz.

A hierarquia de marcação de classe pode ser vista em (32) e as instruções na forma de itens de vocabulário, em (33):

(32) Hierarquia de marcação para classes nominais do PB (RESENDE; SANTANA, 2019, p. 13)

- a. Classe I (-o): [-α]
- b. Classe II (-a): [+α, -β]
- c. Classe III (∅ /-e): [+α, +β]

(33) Itens de Vocabulário para vogais nominais (RESENDE; SANTANA, 2019, p. 13)

- a. /e ~ ∅/ ↔ Th[+β]
- b. /a/ ↔ Th[+α]
- c. /o/ ↔ demais ambientes

Uma raiz não marcada para classe dependeria de regras de redundância para ser encaminhada para diferentes classes a depender do valor de gênero: palavras masculinas são encaminhadas para a classe I (realização da vogal final -o), enquanto palavras femininas são encaminhadas para a classe II (realização da vogal final -a). Uma raiz marcada para classe, por outro lado, independe do valor de gênero para a realização de sua vogal final. Sua terminação fonológica,

portanto, será sempre a mesma (por exemplo *penete*, *fonte* e *planeta* ou, ainda, *(o) rádio* e *(a) rádio*).

Quanto às marcações de gênero no nominalizador, os autores identificam três tipos, apresentados em (34).

(34) Tipos de marcação de gênero no nominalizador:

- a. $n^{\circ} []$
- b. $n^{\circ} [f]$
- c. $n^{\circ} [m]$

O primeiro está restrito a raízes que formam pares de nome com gênero interpretável. Para esses tipos de n , a valoração de gênero depende do valor de gênero atribuído a D via contexto extralinguístico. Uma raiz marcada concatenada a esse tipo de nominalizador gera pares invariáveis como *(o) modelo/(a) modelo*. Raízes não marcadas, por outro lado, geram pares com as terminações *default*, como *(o) menino/(a) menina*.

Os dois últimos são específicos para gênero não interpretável: feminino e masculino, respectivamente.

Para pares como *mestre/mestra*, em que apenas a forma feminina segue o padrão esperado, os autores adotam uma regra de empobrecimento baseada no trabalho realizado por Harris, em 1999:

(35) Regra de empobrecimento

$[+\beta] \leftrightarrow \emptyset / X_{[f]}$, em que $X = \sqrt{\text{mestr}}$, $\sqrt{\text{chef}}$...

A regra em (35) apaga o traço $[+\beta]$ no contexto de um nominalizador feminino concatenado a raízes particulares, o que as reencaminha para a classe $[+\alpha]$.

Por fim, a respeito da leitura ampla do *masculino*, os autores explicam que, nesses cenários, a avaliação do contexto extralinguístico é desnecessária, fazendo com que o traço de gênero permaneça subespecificado. Assim, o Item de Vocabulário menos marcado (*-o*) é inserido nessa falta de marcação de gênero ou

classe. Essa marcação apenas coincide com aquela do masculino, mas é, na verdade, caracterizada pela ausência de uma marca de gênero.

4 Analisando os padrões de concordância

Retomando as propostas vistas na seção anterior, observou-se que as três apresentam problemas para a análise dos padrões acima.

Primeiramente, o sistema proposto por Armelin (2015) mostrou-se insuficiente por dois motivos principais: a dificuldade de inserir um valor *neutro* no núcleo GEN, que, em gênero interpretável, trabalha apenas com o contraste de traços [MASC] e [FEM]; o segundo problema, como apontam Resende e Santana (2019), está na impossibilidade de explicar a leitura ampla de gênero a partir dessa perspectiva.

Entretanto, vale a pena apontar um teste interessante utilizado pela autora como forma de identificar as marcações de gênero e diferenciá-las de vogais epentéticas ou partes intrínsecas das raízes: o diminutivo *-inh-*. Se tradicionalmente o item de vocabulário *-e*, na visão de Armelin, não constituía uma realização de gênero, a existência de palavras como *meninhe* e *bonitinho* parecem confirmar a hipótese de que *-e* vem surgindo como uma realização inovadora de GEN.

Adiante, a proposta de Resende e Santana (2019), parece dar conta de alguns fatos vistos acima. Mais especificamente, a respeito das sentenças (20), (21), (22) e (24), reproduzidas abaixo como (36), (37), (38) e (39):

(36) [...] cada um tem um_(m) natureza_(f).

(37) [...] opero no_(m) perna_(f) e tudo [...]

(38) E o_(m) escola_(f) vai ser bom aqui.

(39) Casa_(f) bem bonito_(m)

Podemos supor que, para tais variedades do PB, palavras como *natureza*, *perna*, *escola* e *casa* teriam suas raízes marcadas para classe II (portanto, realizadas com a terminação em *-a*). Tais raízes, por sua vez, concatenam-se a um

nominalizador com traço de gênero masculino e, nesse sentido, funcionariam do mesmo modo que palavras como [o] *planeta*. Entretanto, não parece possível abordar as falhas de concordância com gênero neutro com a mesma proposta.

Em um primeiro momento, consideramos a possibilidade de tratarmos o *gênero neutro* como uma variação da leitura ampla, em que a informação extralinguística é desnecessária. Os falantes que visam a aderir à mudança buscariam alterar a realização do IV inserido à raiz nesses contextos. Por exemplo, em (19), temos a forma *o leitore*, referindo-se a um leitor genérico e não específico. Tanto D quanto *n* viriam subespecificados para a categoria gênero. A partir disso, D realiza a forma *default masculina o*, respeitando o padrão mais tradicional da língua, enquanto ao gênero do nome se aplicaria uma *regra inovadora*, a qual insere *-e* (e não *-o*) dentro desses contextos específicos. Ou seja: a falha de concordância seria explicada pela aplicação da nova regra apenas no nome. Há três problemas centrais com essa análise, entretanto:

- (40) Problemas para o tratamento de gênero neutro como variação de leitura ampla a partir da análise de Resende e Santana (2019)
 - a. Temos um número considerável dos dados com gênero interpretável, onde o contexto extralinguístico seria relevante.
 - b. O *corpus* exibe a realização de determinantes femininos com formas nominais neutras e/ou masculinas.
 - c. Não é claro como a estipulação da regra inovadora seria possível dentro de um sistema hierárquico de classe.

Os pontos (40)a e (40)b levantam questões a respeito da valoração do traço de gênero na estrutura. Por um lado, o contexto extralinguístico poderia permitir, diante de pessoas não binárias, a valoração desse traço como masculino, neutro ou feminino em D, a depender da identidade de gênero do referente e sua fluidez no espectro de gênero social. Porém, gramaticalmente falando, não é claro como um D como traço de gênero valorado como feminino ou masculino poderia valorar o traço de gênero de um *n* como neutro.

O terceiro ponto diz respeito ao sistema hierárquico apresentado em (6) e reproduzido abaixo como (41).

(41) Hierarquia de marcação para classes nominais do PB

a. Classe I (-o): [-α]

b. Classe II (-a): [+α, -β]

c. Classe III (ø /-e): [+α, +β]

Podemos ver que a classe III é a mais marcada, de modo que soaria contraintuitivo sua realização diante de um *n* subespecificado.

Tais dificuldades nos levaram a testar a proposta de Kramer (2015).

Primeiramente, será útil adaptar o Quadro 1 para o PB, reconhecendo as semelhanças entre essa língua e o espanhol:

Quadro 2 – Condições de licenciamento para o PB

	$n_i[+FEM]$	$n_i[-FEM]$	n	$n_u[+FEM]$
Raízes diferentes: masculino <i>genro, pai</i>	x	✓	x	x
Raízes diferentes: feminino <i>nora, mãe</i>	✓	x	x	x
Mesma raiz: masculino <i>default</i> <i>estudante, filho</i>	✓	✓	✓	x
Mesma raiz: feminino <i>default</i> <i>galinha</i>	✓	✓	x	✓
Gênero fixo: feminino <i>pluma, pessoa</i>	x	x	x	✓
Gênero fixo: masculino <i>livro, anjo</i>	x	x	✓	x

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Kramer (2015)

O mesmo pode ser feito para os Itens de Vocabulário para os determinantes definidos e para as realizações do nó de Tema:

(42) Itens de Vocabulário para os determinantes definidos do português

a. [D], [DEF], [+FEM] ↔ a

b. [D], [DEF] ↔ o

(43) Itens de Vocabulário para o nó de Tema, no português

[TEMA, III] ↔ -e/Ø

[TEMA, II] ↔ -a

[TEMA] ↔ -o

Semelhante a Resende e Santana (2019), podemos tratar os termos *natureza*, *perna*, *escola* e *casa* nas sentenças (36), (37), (38) e (39) como nomes masculinos em suas variedades do PB, assumindo que suas raízes sejam concatenadas a *plain n*. Nessas variedades específicas, a determinação da vogal final seria atribuída a uma regra de inserção de IV como (30a. ii) no nó de tema que determina que as raízes $\sqrt{\text{NATUR}}$, $\sqrt{\text{PERN}}$, $\sqrt{\text{ESCOL}}$ e $\sqrt{\text{CAS}}$ devem receber fonologia de [TEMA II]. Seguindo as instruções em (42), o determinante definido utilizado segue como *o*. Trata-se, novamente, de um caso semelhante a *[o] planeta*.

Quanto ao tratamento das formas neutras inovadoras, observamos que há duas possibilidades de uso: como gênero interpretável, para referir-se a pessoas que se identificam como não binárias, e como alternativa à leitura ampla do masculino.²¹ Ambos podem ser utilizados pelos falantes engajados na mudança, a depender do contexto.

Para a análise do uso da marca de gênero neutro para remeter ao gênero neutro interpretável, por hipótese, insere-se uma forma inovadora de *n* interpretável, como um *n* $[\pm\text{FEM}]$ ²², que admite fluidez na concordância com D. Por sua vez, a análise do uso da marca de gênero neutro como alternativa à leitura

²¹ Equivocadamente, um dos pareceristas anônimos deste artigo assume que nossa hipótese é a de que o gênero neutro é uma alternativa ao gênero não marcado masculino, o que não contemplaria a ideia de que a marca inovadora de gênero neutro atende às pessoas que não se identificam com os gêneros gramaticais de feminino e masculino. Na realidade, no entanto, o que dissemos é que há, essencialmente, duas ideias diferentes e complementares para a aplicação do gênero neutro: trata-se de uma leitura genérica que substitui a leitura ampla do masculino e, ao mesmo tempo, de uma marca de gênero interpretável para pessoas não binárias. Isso se equipara ao que temos, agora na gramática, com um masculino genérico e um masculino interpretável.

²² Diferentemente do que sugere um dos pareceristas anônimos deste trabalho, não entendemos a marcação $[\pm\text{FEM}]$ como binária, uma vez que os valores + e – remetem ao mesmo traço, ao mesmo tempo. Não se trata, por exemplo, de um traço $[\text{+FEM}]$ que poderia estabelecer um contraste com o traço $[\text{-FEM}]$, mantido na representação como informação de fundo, nos moldes de Armelin (2015).

ampla do masculino, requer o recurso a um traço semântico [+humano], tal como já sugerido em Carvalho (2020), que assume “um conjunto de traços componentes de classe nominal, considerando traços semânticos como constituintes da composição da leitura da classe nominal do português” (CARVALHO, 2020, p. 375).²³

Nossa hipótese é que o neutro é a realização de *plain n* em uma nova condição de licenciamento, nomeadamente, *mesma raiz: neutro (default)*. Nessa condição, o traço semântico [+humano] está presente na estrutura do nome, visto que é apenas sob tais condições semânticas que o gênero neutro ocorre.²⁴ Assim, quando falamos de forma ampla sobre alguns animais (como: *o gato é um animal inteligente*), preserva-se o masculino *default*. Isso talvez possa ser explicado pela natureza social da forma neutra.

Assim, podemos adaptar o quadro 2 da seguinte maneira para o PB:

Quadro 3 – Condições de licenciamento para o PB, com formas inovadoras

	<i>n</i> i[+FEM]	<i>n</i> i[-FEM]	<i>n</i> i[±FEM]	<i>n</i>	<i>n</i> u[+FEM]
Raízes diferentes: masculino <i>genro, pai</i>	x	✓	x	x	x
Raízes diferentes: feminino <i>nora, mãe</i>	✓	x	x	x	x
Mesma raiz: neutro <i>default</i> <i>estudante, filhe</i>	✓	✓	✓	✓	x
Mesma raiz: masculino <i>default</i> <i>gato</i>	✓	✓	x	✓	x
Mesma raiz: feminino <i>default</i> <i>galinha</i>	✓	✓	x	x	✓
Gênero fixo: feminino	x	x	x	x	✓

²³ Agradecemos a um dos pareceristas anônimos deste artigo pela indicação dessa referência. O mesmo parecerista indica Cyrino (2018), que explora fenômenos em que a animacidade é relevante para a sintaxe nominal em línguas românicas e sugere que é possível formalizar sintaticamente as hierarquias relacionais e semânticas já identificadas para os nomes na literatura funcional.

²⁴ É interessante reconhecer que algumas línguas apresentam fenômenos semelhantes, em que o gênero *default* muda a depender do contexto. Um exemplo abordado por Kramer (2015) é o romeno, cujo *gênero default* é masculino no singular e feminino no plural.

<i>pluma, pessoa</i>					
Gênero fixo: masculino <i>livro, anjo</i>	x	x	x	✓	x

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Kramer (2015)

As regras de inserção temática poderiam ser reescritas como:

(44) Regras de inserção do nó Tema para o português, com marcas inovadoras de gênero

- a.
 - i. Inserir [TEMA, III] no contexto de $\sqrt{\text{PADR}}$, $\sqrt{\text{PONTE}}$...
 - ii. Inserir [TEMA, II] no contexto de $\sqrt{\text{DI}}$, $\sqrt{\text{PLANET}}$...
 - iii. Inserir [TEMA, I] no contexto de $\sqrt{\text{LIBID}}$...
- b. Inserir [TEMA, II] no contexto de $n[+\text{FEM}]$
- c. Inserir [TEMA, III] no contexto de $n_i[\pm\text{FEM}]$
- d. inserir [TEMA III] no contexto n , em raízes variáveis para gênero, em que o traço [+humano] esteja presente
- e. Inserir [TEMA] nos demais ambientes

Por fim, a inserção de determinantes definidos pode se dar de duas formas: *regular* ou inovadora²⁵. A primeira é responsável pela falta de concordância analisada em termos de leitura ampla e segue as seguintes instruções:

(45) Itens de Vocabulário para os determinantes definidos do português, adaptado para as propostas neutras (quando não há concordância)

- a. [D], [DEF], [+FEM] \leftrightarrow a
- b. [D], [DEF], [\pm FEM] \leftrightarrow variável [ê, a, o]
- c. [D], [DEF] \leftrightarrow o

²⁵ Esta sugestão se revela problemática para modelos derivacionais, como a Morfologia Distribuída, como bem observa um dos pareceristas anônimos deste trabalho. De fato, de acordo com os pressupostos do modelo, o falante não deve poder escolher o item de vocabulário que vai inserir em determinado contexto. Nossos dados, entretanto, não nos permitem, neste momento, formalizar uma resposta adequada para essa questão, uma vez que, da forma como fizemos a coleta, não podemos identificar se o mesmo falante faz ou não escolhas distintas para contextos sintáticos não distintos. Dessa forma, não apresentaremos, neste artigo, uma resposta satisfatória para essa questão, mas fica aqui o nosso compromisso de buscar essa resposta na continuação desta pesquisa e de apresentá-la em trabalhos futuros.

Assim, casos como *o leitor*, na sentença (19), em que a leitura ampla marcada pelo neutro concorda com o determinante definido *o*, podem ser explicados uma vez que esta é a única entrada sem traços de gênero.

Nesse sentido, ao retomarmos nossa hipótese que assume que o gênero neutro se aplica a uma leitura genérica que substitui a leitura ampla do masculino e marca gênero interpretável para pessoas não binárias, equiparamos essa condição ao que já temos, agora na gramática, com um masculino genérico e um masculino interpretável. Assim, será possível estabelecer a distinção entre *leitor* e *leitore*, como requerido por um dos pareceristas anônimos deste artigo: para as propostas inovadoras de gênero, a forma *leitor* remete ao masculino interpretável (apenas), enquanto a forma *leitore* poderia remeter ao genérico ou ao neutro interpretável (para pessoas não binárias).

Entretanto, é preciso reconhecer casos em que as propostas inovadoras também alteram a inserção de determinantes em leitura ampla com seres humanos. Um exemplo é a sentença em (46), abaixo, em que há leitura ampla do neutro e concordância com o determinante definido:

(46) *infps*²⁶ que sabem q ê amigue gosta delu mas não dizem nada

Tais ocorrências apresentam-se como um desafio na análise. A princípio, seguindo o quadro 3 acima, poderíamos propor as seguintes regras de inserção:

- (47) Itens de Vocabulário para os determinantes definidos do português, adaptado para as propostas neutras
- a. [D], [DEF], [+FEM] ↔ a
 - b. [D], [DEF], [+humano], [-FEM] ↔ o
 - c. [D], [DEF], [±FEM] ↔ variável [ê, a, o]
 - d. [D], [DEF], [+humano] ↔ ê
 - e. [D], [DEF] ↔ o

²⁶ *infp* é um dos tipos de personalidade propostos pela tipologia de Myers-Briggs (também conhecida como MBTI) que se popularizou na internet pelo teste online *16personalities*.

O problema com esta proposta está no conflito entre os itens (47)b, que representaria o determinante em contexto de masculino interpretável, (47)e, que representaria o *masculino default* em contextos não humanos, uma vez que parece haver redundância.

Se removermos a regra em (47)b, a análise torna-se incapaz de capturar a diferença entre os contextos humanos, que utilizam o neutro como *default*, mas continuam tendo o masculino interpretável, e contextos animais, em que masculino interpretável e *plain n* coincidem. Por outro lado, se removermos a regra em (47)e, teríamos que assumir que a forma inovadora estaria prevista para ser a *default* em todos os casos, o que parece ser contraintuitivo.

Uma forma de contornar o problema seria assumir que, nesses casos, as propostas inovadoras buscariam inserir, além de um novo valor interpretável, um valor não interpretável de gênero masculino, fechando o seguinte inventário de *n*:

- (48) Propostas de *n* para o português (formas inovadoras)
- a. $n_i[+FEM]$ (traço interpretável de gênero feminino);
 - b. $n_i[-FEM]$ (traço interpretável de gênero masculino);
 - c. $n_i[\pm FEM]$ (traço interpretável de gênero não binário);
 - d. n (*plain n* – gênero natural desconhecido ou irrelevante/default)
 - e. $n_u[+FEM]$ (gênero não interpretável feminino).
 - f. $n_u[-FEM]$ (gênero não interpretável masculino)

Da mesma forma que nomes de animais realizados com feminino *default* ocorrem, no português tradicional, sob licenciamento de $n_u[+FEM]$, nomes de animais realizados com masculino *default* ocorreriam sob licenciamento de $n_u[-FEM]$ em uma proposta inovadora *completa*.

Assim, pode-se reescrever os itens de vocabulário em (47) da seguinte forma:

(49) Itens de Vocabulário para os determinantes definidos do português, adaptado para as propostas neutras

- a. [D], [DEF], [+FEM] ↔ a
- b. [D], [DEF], [-FEM] ↔ o
- c. [D], [DEF], [±FEM] ↔ variável [ê, a, o]
- d. [D], [DEF], ↔ ê

A longo prazo, seria interessante investigar a produtividade da concordância entre gênero neutro e determinante em contextos de leitura ampla.

5 Considerações finais

É fato que as línguas naturais mudam com o passar do tempo, alterando sua estrutura, sem que percam sua organização sistemática: o PB falado hoje, por exemplo, não é o mesmo falado há 200 ou 300 anos atrás. Além disso, também é importante lembrar que uma mudança nunca é radical a ponto de atingir a língua como um todo ao mesmo tempo. Antes, ocorrem em partes do sistema e podem ser sintáticas, morfológicas, fonético-fonológicas, semânticas, pragmáticas e, caso assumam-se a presença de um léxico, lexicais (FARACO, 2007, p.14-43).

Propostas para explicar esse fenômeno de mudança, entretanto, podem variar de acordo com o campo da linguística adotado. Mais tradicionalmente, na Linguística Histórica, mudanças são entendidas como processos lentos e graduais. Assume-se que a mudança de uma forma x para uma forma y possui fases:

- i) a coexistência das formas como variantes;
- ii) a luta entre as formas variantes e, por fim,
- iii) a vitória de uma sobre a outra.

Em contrapartida, do ponto de vista gerativo, costuma-se assumir que uma mudança linguística acontece quando há uma mudança na gramática. Esse processo ocorre durante o período de aquisição de linguagem, sendo influenciado tanto pela gramática interna da criança quanto pelo contexto externo.

De todo modo, parece seguro afirmar que as propostas de gênero neutro trabalhadas neste artigo não constituem uma mudança já consolidada na língua portuguesa. Assim, como esperado, os dados apresentam um comportamento variado em alguns aspectos, como a realização fonológica de algumas raízes, determinantes e o desencadeamento de concordância como um todo.

Dito isso, ainda há muito o que ser explorado dentro do tema, que pode render boas discussões nos mais variados aspectos linguísticos. Mesmo no que diz respeito ao foco do presente trabalho, alguns pontos foram deixados em aberto: não foram explicadas, por exemplo, as falhas de concordância em termos anafóricos, nem das variações em concordância em termos de gênero fixo, como em pessoa. Nossa análise também não deu conta do dado em (25), em que um substantivo inanimado feminino concorda com o determinante, mas não com o adjetivo, nem se voltou para a variação na manifestação das raízes. Além disso, como aponta um dos pareceristas anônimos deste artigo, não foi possível explorar como o esboço proposto acomodaria nomes masculinos interpretáveis, que não veiculam nem leitura neutra nem genérica (cf. *mestre, sacerdote*), uma vez que foram poucos os dados encontrados que mostrassem como falantes adeptos da forma inovadora lidam com raízes deste tipo.

Dentro dos limites do artigo, porém, pode-se concluir que, entre as propostas inovadoras de gênero, temos dois tipos de uso distintos: o primeiro, caracterizado por *n*, é um mecanismo já presente em nossa língua, podendo estar associado à leitura ampla/geral do *masculino*. As propostas, neste caso, buscam apenas a alteração nas instruções de Itens de Vocabulário. Falhas de concordância, aqui, puderam ser atribuídas a uma mudança *incompleta*, que atingiu algumas regras e não outras. O segundo tipo de gênero, por sua vez, é novo e algo a ser inserido e seu propósito seria incluir pessoas não binárias dentro das possibilidades de gênero interpretável. Este *n* _i[±FEM] apresentaria maior *flexibilidade* na concordância, a fim, talvez, de abranger as possibilidades do espectro de identidade não binário, como pessoas gênero fluído.

Referências

- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. *As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. *As Classes Formais do Português Brasileiro*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2010.
- ARMELIN, Paula R. G. *A relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática da formação de palavras*. 247f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, 2015. Cap. 2.
- BARBOSA FILHO, Fábio R.; OTHERO, Gabriel Á. *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 57-77.
- CÂMARA JR., Joaquim M. O mecanismo da flexão portuguesa. In: *Estrutura da língua portuguesa: edição crítica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. Cap. 10. p. 123-130.
- CARVALHO, Dannel da S. Aspectos da morfossintaxe de gênero no português brasileiro. *Cuadernos de la ALFAL*, v. 12, n. 2, p. 357-384, 2020.
- CARVALHO, Dannel da S. O traço de gênero na morfossintaxe do português. *D.E.L.T.A: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 635-660, jun. 2018.
- CARVALHO, Dannel da S. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso. *Papia* (Brasília) 21, n. 1: 83-97, 2011.
- CARVALHO, Wallace B. de. *Sobre pipocos e dicionárias: uma abordagem construcionista e relativista da flexão de gênero*. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- CINTRA, Geraldo. A flexão nominal em Mattoso Câmara e outras análises. *D.E.L.T.A: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 85-104, 2004.

CYRINO, Sonia. Animacidade na sintaxe: uma abordagem formal. *Revista Da Anpoll*, 1(46), 222–238, 2018. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i46.1066>.

CORBETT, Greville G. et al. *Gender*. Cambridge University Press, 1991.

DEFENDI, Cristina L.; GOMES, Thamires R. Alternativas que buscam neutralizar o gênero gramatical: usos e motivações. *The ESpecialist*, [S. l.], v. 40, n. 1, 2019.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DERRIDA, Jacques. Chorégraphie. In: DERRIDA, Jacques. *Points de suspension*. Paris: Galilée, 1992. p. 95-115

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, MA, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001.

FARACO, Carlos A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel J. (ed.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor Of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111–176.

HARLEY, Heide. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics: an open peer review journal*, v.40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.

HARRIS James. Nasal depalatalization *no*, morphological well-formedness *sí*: the structure of Spanish word classes. *MIT Working papers in Linguistics*, v. 33, p. 47-82, 1999.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

LIMA, José L. A variação na concordância do gênero gramatical no falar cuiabano. *Sínteses-ISSN 1981-1314*, v. 13, 2008.

KRAMER, Ruth. *The Morphosyntax of Gender*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

LOPES, Eloísa M. B.; CARVALHO, Danniell da S. Mudança linguística e gramática gerativa: uma perspectiva de aquisição da linguagem. *LaborHistórico*, v. 5, n. 1, p. 166-183, 2019.

LUCCHESI, Dante. 2000. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 364f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante; MACEDO, Alzira. A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu. *Papia-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 9, p. 20-36, 1997.

PINHEIRO, Bruno F. M.; FREITAG, Raquel M. K. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. *Revista Linguística*, 16(1), 85-107, 2020.
doi:<https://doi.org/10.31513/linguistica.2020.v16n1a31637cercad>

RESENDE, Maurício S.; SANTANA, Beatriz P. A relação entre raízes, gênero, classe e significado. *Revista da Abralin*, v. 18, n. 1, 29 ago. 2019.

SCHWINDT, Luiz C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da Abralin*, [S.L.], p. 1-23, 17 nov. 2020.

[Artigo recebido em 31 de janeiro de 2023 e aceito em 11 de junho de 2023.]